



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal

161

APELAÇÃO CRIMINAL Nº: 0192780-0
COMARCA : Olinda – Vara Privativa do Tribunal do Júri
APELANTES : Adeildo da Mata Ribeiro e Ministério Público do Estado de Pernambuco
APELADOS : Ministério Público do Estado de Pernambuco e Adeildo da Mata Ribeiro
PROCURADOR : José Paulo Cavalcanti Xavier Filho
RELATORA : Des^a. Alderita Ramos de Oliveira
REVISOR : Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio

EMENTA:

PROCESSUAL PENAL. APELAÇÃO CRIMINAL. DUPLO HOMICÍDIO QUALIFICADO. APELO MINISTERIAL. CO-RÉUS AGINDO EM UNIDADE DE DESÍGNIOS. ANIMUS NECANDI. CONDENAÇÃO DO RECORRENTE POR HOMICÍDIO SIMPLES RELATIVAMENTE A UMA DAS VÍTIMAS E ABSOLVIÇÃO COM RELAÇÃO À OUTRA. DECISÃO CONTRÁRIA À PROVA DOS AUTOS. OCORRÊNCIA. SUBMISSÃO A NOVO JULGAMENTO. APELO DA DEFESA PREJUDICADO.

I – Enseja nulidade, e conseqüentemente novo julgamento, a decisão do Conselho de Sentença que, no julgamento de um duplo homicídio, desclassifica o delito de homicídio qualificado para homicídio simples com relação a uma das vítimas, absolvendo o acusado do homicídio perpetrado relativamente à segunda vítima, tudo, contrariamente à prova dos autos.

II – Resta prejudicada a tese recursal da defesa, quando diametralmente oposta à tese da acusação, que se deu provimento.

III – Recurso ministerial provido. Apelação da defesa a que se nega provimento. Decisão unânime.

5531



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal

162

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos da **Apelação Criminal nº 0192780-0**, no qual figuram como partes as retronominadas, **ACORDAM** os Desembargadores componentes da Terceira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, à unanimidade de votos, em dar provimento ao recurso ministerial para submeter co-réu a novo julgamento, negando-se provimento à apelação da defesa, nos termos do relatório e votos anexos, que passam a integrar este aresto.

Recife, 04 de fevereiro de 2010.


Presidente


Des^a. Alderita Ramos de Oliveira - Relatora



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal

163

APELAÇÃO CRIMINAL Nº: 0192780-0

COMARCA : Olinda – Vara Privativa do Tribunal do Júri
APELANTES : Adeildo da Mata Ribeiro e Ministério Público do Estado de Pernambuco
APELADOS : Ministério Público do Estado de Pernambuco e Adeildo da Mata Ribeiro
PROCURADOR : José Paulo Cavalcanti Xavier Filho
RELATORA : Des^a. Alderita Ramos de Oliveira
REVISOR : Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio

RELATÓRIO

Hermógenes Carlos Domingos dos Santos e Adeildo da Mata Ribeiro, vulgo "Nem", foram denunciados pela prática prevista no artigo 121, § 2º, inciso I¹, c/c o art. 29², do Código Penal, contra as vítimas Wedson Correia de Melo e Robson José dos Santos (fls. 02/05).

Narra a denúncia que no dia 30 de outubro de 2004, por volta das 20:30 horas, na Rua Petrópolis, nas proximidades do "Bar do Peu", Sapucaia de Dentro, Olinda/PE, Hermógenes Carlos Domingos dos Santos e Adeildo da Mata Ribeiro, juntamente com a pessoa conhecida por Luciano, havendo notícia nos autos acerca da morte deste, de forma livre e consciente, com unidade de desígnios e pluralidade de ações, fazendo uso de arma de fogo, mataram Wedson Correia de Melo e Robson José dos Santos.

Consta dos autos que, no dia do fato, os denunciados se aproximaram das vítimas, momento em que trocaram algumas palavras. Em seguida, sacaram as armas que conduziam e efetuaram diversos disparos contra Wedson e Robson, provocando a morte imediata de Robson, tendo Wedson sido socorrido ao hospital, vindo a falecer no dia 31.10.2004, por volta das 10:00 horas.

¹ Art. 121 - Matar alguém: (...)

§ 2º - Se o homicídio é cometido: (...)

I – mediante paga ou promessa de recompensa, ou por motivo torpe;

² Art. 29 - Quem, de qualquer modo, concorre para o crime incide nas penas a este coninadas, na medida de sua culpabilidade.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal

164

Após a prática criminosa, os denunciados saíram correndo, embarcando em um veículo tipo Volkswagen, marca Gol, cor preta, conduzido por terceira pessoa, até o momento não identificada.

Os autos noticiam que a motivação para os brutais e hediondos crimes foi rixa existente entre o primeiro denunciado (Hermógenes) e a vítima Robson, sendo, na ocasião, também assassinada a vítima Wedson pelo fato desta "pertencer ao grupo" da outra vítima, caracterizando, dessa forma, a torpeza.

Pronunciados, o acusado Adeildo da Mata Ribeiro foi julgado pelo Tribunal do Júri, tendo sido absolvido pelo Conselho de Sentença com relação à vítima Robson José dos Santos e condenado pela prática prevista no art. 121, caput, do CP (homicídio simples), com a fixação da pena em 12 (doze) anos de reclusão, quanto à vítima Wedson Correia de Melo (fls. 234/236).

O acusado Hermógenes Carlos Domingos dos Santos não foi julgado pelo Júri Popular, encontrando-se foragido.

Inconformado, o acusado Adeildo da Mata recorreu da sentença condenatória às fls. 247, ofertando suas razões de apelação às fls. 248/251, afirmando que a decisão contrariou a prova existente nos autos, ao argumento de que a condenação se deu com base em prova exclusivamente produzida em inquérito policial, pleiteando pela submissão a novo julgamento.

Requeru, subsidiariamente, a redução da pena aplicada ao seu mínimo legal.

O Parquet de 1º grau ofereceu contrarrazões ao recurso do réu, às fls. 260/263, requerendo o seu improvimento, ao argumento de que restou clara e reconhecida a participação do apelante no crime de homicídio qualificado contra as duas vítimas.

O Representante do Ministério Público também apelou da sentença (fls. 253), oferecendo suas razões recursais às fls. 254/259, alegando que a decisão do Conselho de Sentença foi manifestamente contrária à prova dos autos, por entender que se depreende de todo o conjunto probatório que o réu Adeildo da Mata cometeu o crime de homicídio qualificado pelo motivo



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal

165

torpe, em concurso material e de agentes, contra as vítimas Robson e Wedson.

A defesa respondeu ao apelo da acusação (fls. 266/270), rechaçando as alegações ministeriais, sustentando que a prova existente nos autos não demonstra a participação do acusado no delito descrito na denúncia, além de estar a pena aplicada distanciada dos parâmetros estabelecidos pela legislação penal, pugnando por novo julgamento.

O douto Procurador de Justiça, Dr. José Paulo Cavalcanti Xavier Filho, ofereceu parecer opinando pelo provimento do recurso apresentado pelo Ministério Público, ao argumento de que o julgamento pelo Júri Popular revela-se contrário à prova colhida, tanto no que tange à exclusão da qualificadora da torpeza em relação ao homicídio de que foi vítima Wedson Correia de Melo, como no que se refere à absolvição de Adeildo da Mata Ribeiro pelo assassinato do também vitimado Robson José dos Santos, devendo ser determinado o reexame da causa (fls. 281/285).

No que se refere à pena aplicada, caso ultrapassado o entendimento acerca da necessidade de novo julgamento, sustenta que não há o que se reparar, tendo em vista que as circunstâncias judiciais do art. 59 do CP foram devidamente examinadas, prevalecendo aquelas desfavoráveis ao acusado, restando justificada a fixação da pena base acima do mínimo legal.

É o relatório.

A douta revisão.

Recife, 21 de outubro de 2009.


Des^a. Alderita Ramos de Oliveira – Relatora



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal

166 07

APELAÇÃO CRIMINAL Nº: 0192780-0

COMARCA : Olinda - Vara Privativa do Tribunal do Júri
APELANTES : Adeildo da Mata Ribeiro e Ministério Público do Estado de Pernambuco
APELADOS : Ministério Público do Estado de Pernambuco e Adeildo da Mata Ribeiro
PROCURADOR : José Paulo Cavalcanti Xavier Filho
RELATORA : Des^a. Alderita Ramos de Oliveira
REVISOR : Des. Cláudio Jean Nogueira Virginio

VOTO - APELAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO (fls. 254/259)

O representante do *parquet* sustenta que a decisão do Conselho de Sentença contrariou manifestamente as provas coligidas aos autos, tendo em vista que o conjunto probatório indica claramente que o acusado Adeildo da Mata Ribeiro cometeu os crimes de homicídio qualificado pelo motivo torpe contra as duas vítimas, fazendo-se necessária submissão do réu a novo julgamento.

Restou evidenciada nos autos a materialidade dos delitos, pelas Perícias Tanatoscópicas (fls. 29 e 195), ilustrações fotográficas e certidões de óbito (fls. 33 e 34), bem como a co-autoria, diante das declarações dos acusados e dos depoimentos testemunhais, com destaque para as testemunhas oculares do fato delituoso.

As provas dos autos apontam a concorrência voluntária e consciente do apelante para prática dos crimes de homicídios contra as duas vítimas, executados na mesma oportunidade e circunstância, pelos denunciados, como se vê adiante:

O acusado Hermógenes Carlos Domingos (foragido), em seu depoimento perante a autoridade policial, confessa a autoria do delito às fls. 17/18:

"que, recorda-se apenas que no final do ano estava acompanhado de 'Nem Sangue Ruim' e Luciano no bar do Peu, em Sapucaia; que no mesmo bar se encontravam as vítimas destes autos, Wedson conhecido por 'Decinho' e Robson; que em determinado momento quando Robson e Wedson saíram, o interrogado percebeu a movimentação dos mesmos e na ocasião pediu um revólver ao Luciano que estava com duas armas; que o Luciano lhe cedeu



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal

167

um revólver pequeno e ficou com um outro maior, que o interrogado guardou a arma no bolso e continuou bebendo; que com algum tempo depois na rua e já em via pública, depois que saiu do bar do Peu, percebeu que o Robson estava lhe encarando e veio em sua direção armado, na companhia do Wedson; que antes mesmo deles se aproximarem sacou a arma que estava no bolso, apertou contra o Robson, efetuando cinco disparos contra o mesmo; que ao mesmo tempo Luciano e 'Nem Sanque Ruim' que também se faziam presentes atiraram contra o Decinho; que perguntado ao declarante qual a motivação para haver assassinado as referidas vítimas, respondeu que foi porque o Robson havia entrado na casa de sua genitora, roubou a tv da mesma e ainda a agrediu com vários tapas, deixando o recado, caso dissesse a alguém iria voltar e matar todo mundo; que, quanto ao Decinho, foi porque eles eram da mesma gangue e vivia 'botando parada', assaltando e roubando na localidade; que o Robson morreu no local, enquanto o Decinho foi socorrido, mas soube que o mesmo morreu no hospital (...)". (destaquei).

O acusado Adeildo da Mata Ribeiro (vulgo "Nem"), em sede de inquérito, afirmou (fls. 15/16):

"(...) que o interrogado afirma que no dia 30.10.2004, por volta das 20:45 horas, encontrava-se juntamente com os seus colegas Hermógenes e Luciano, no bar do Peu, quando avistaram os indivíduos Wedson, conhecido por 'Decinho' e Robson, foi quando Hermógenes, o qual encontrava-se portando dois revólveres, sacou as armas de fogo e desferiu vários tiros em Wedson e Robson ceifando a vida dos mesmos, e, em seguida, o interrogado juntamente com os seus colegas supracitados entraram no veículo corsa de Luciano e evadiram-se do local tomando destino ignorado, salientando o interrogado que o motivo de Hermógenes ceifar a vida das vítimas supracitadas, foi devido ao motivo de rixa entre ambos (...)". (destaquei).

O acusado negou em juízo a autoria da prática a si atribuída (fls. 64/67), em contradição com as declarações prestadas perante a autoridade policial, afirmando que desconhecia o acusado Hermógenes e que não lembrava onde se encontrava no dia e hora do fato.

Outro depoimento que merece destaque é o da testemunha Edna Maria de Souza, pois presenciou o evento criminoso, declarando perante a polícia (fls. 14):



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal

168

" (...) que no dia 30.10.2004, por volta das 19:00 horas, estava presente no bar do Peu, quando presenciou as pessoas de Robson e Wedson serem assassinados no momento em que se dirigiam para o referido bar, onde a declarante se encontrava; que presenciou os indivíduos conhecidos por Hermógenes e 'Nê Sangue Ruim' aproximarem-se das vítimas, trocaram algumas palavras e em seguida sacaram as suas armas e efetuaram vários tiros contra as vítimas; que tanto o Hermógenes e 'Nê Sangue Ruim' estavam armados quando ambos atiraram nas respectivas vítimas; que a distância em que se encontrava do local onde o crime ocorreu era perto, não mais de 03 a 04 metros; que logo após o crime viu quando os acusados se evadiram correndo e embarcaram num gol preto conduzido por um outro elemento desconhecido; que tem o conhecimento que quanto a motivação do crime, sabe que o Robson foi morto devido a uma rixa antiga com Hermógenes e quanto ao Wedson tem o conhecimento que os indivíduos mataram-lhe por prazer, tendo em vista que não tinha motivo; que o Robson morreu no local do crime e quanto ao Wedson foi socorrido para o Hospital da Restauração, tendo falecido depois de dois dias. (destaquei).

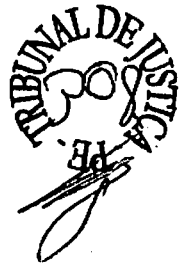
A referida testemunha estranhamente se retrata em juízo (fls. 127/129), alegando não ter presenciado o fato, quando, perante a polícia, narra com riqueza de detalhes o evento criminoso, em consonância com a confissão do co-réu Hermógenes e com os demais testemunhos colhidos nos autos.

Em juízo, a testemunha Simone Maria Aquino dos Santos, irmã da vítima Robson, confirma as suas declarações prestadas em sede de inquérito policial, asseverando (fls. 85/89):

" (...)que segundo comentários Adeildo e mais outras pessoas também estavam presentes no bar do Peu na noite do crime; que segundo comentários os acusados fugiram do local num carro, contudo não sabe informar a cor nem a marca; que o comentário é que Adeildo é conhecido por 'Nem Sangue Ruim', e que o mesmo estava presente no local; que as pessoas na rua comentam que o Adeildo, conhecido por 'Nem Sangue Ruim' acompanhou Hermógenes no crime (...)." (destaquei).

A testemunha Maria Arlete de Andrade, mãe da vítima Wedson, também confirma as versões supracitadas, em seu depoimento prestado perante a autoridade policial (fls. 12/13):

" (...) que recebeu a notícia através de uma vizinha sua que o Decinho havia acabado de sofrer três tiros, próximo ao bar de 'Cocó' e que havia sido



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal

169

socorrido às pressas; que informou ainda que além da vítima um outro indivíduo havia morrido no local; que quanto à autoria do crime, na mesma noite do crime já se sabia que tinha sido Hermógenes, o qual no momento do crime estava com mais dois elementos desconhecidos num veículo de placa e marca não anotada, de cor escura; que comenta-se que o Decinho foi 'queima de arquivo', morreu de graça porque estava na companhia do Robson; que primeiramente os aludidos indivíduos mataram o Robson e depois atiraram contra o Decinho (...)." (destaquei).

Em juízo, a aludida testemunha corrobora sua versão prestada em sede de inquérito policial, com destaque (fls. 100/102):

"(...) que ela depoente sabe informar, pelo que lhe disseram, que os acusados mataram primeiro o Robson José dos Santos e, em seguida, gritaram: 'Decinho, você é queima de arquivo', em seguida o mataram (...)." (destaquei).

A testemunha Fábio Antônio da Silva, vulgo "Peu", proprietário do bar do Peu, local onde ocorreu o fato criminoso, relata às fls. 102/104:

"(...) que ele depoente estava em seu local de trabalho na hora da ocorrência; que ele depoente pode afirmar que as vítimas destes autos estavam bebendo em seu bar; que as duas vítimas foram mortas, uma no local e outra no hospital; que no seu bar as mesas são postas na rua, em via pública; que não sabe informar a respeito da autoria do fato; que ele depoente sabe informar que no local chegou um carro tipo Fiat, de cor escura, no seu interior uma pessoa conhecida por Hermógenes que atirou nas vítimas, sem qualquer discussão; que dentro do carro havia mais pessoas, que não foram identificadas pelos nomes; que no local houve muitos disparos, não sabendo precisar quantos (...)." (destaquei).

Muito embora as testemunhas Maria Arlete e Fábio Antônio somente conheçam o acusado Hermógenes, não sabendo os nomes dos demais elementos que o acompanharam no crime, os seus depoimentos confirmam as declarações do próprio apelado de que, no dia do fato, estava na companhia do acusado Hermógenes e mais outro elemento no bar do "Peu" e que presenciou aquele desferir os disparos que ceifaram a vida das duas vítimas, estando ciente da rixa que envolvia vítima e acusado, evadindo-se todos do local em um mesmo veículo.

Apesar de o réu atribuir a autoria delitiva apenas ao denunciado Hermógenes, as declarações da testemunha ocular juntamente com a



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal

170

confissão do co-réu Hermógenes demonstram a participação do apelado nos homicídios, inclusive como sendo o autor do disparo na vítima Wedson.

O que resulta indubitoso é que o acusado Adeildo da Mata participou de homicídio qualificado e contra as duas vítimas, consoante declarações das testemunhas e dos próprios acusados, uníssonas em afirmar que o apelado estava presente no dia e local do crime, juntamente com mais dois elementos, sendo um deles o outro denunciado, evadindo-se os mesmos do local em um carro de cor escura após a prática delitiva, os quais agiram em concurso, com o fim de matar a vítima Robson José dos Santos, desafeto do co-réu Hermógenes, que, motivado pela antiga rixa que com ela mantinha, ceifou a vida daquela vítima, sendo a pessoa de Wedson Correia de Melo também vitimada por estar na companhia de Robson na hora do crime, "fazer parte do grupo" e ter sido morto por "queima de arquivo", conforme consta do depoimento de Maria Arlete, às fls. 100, apontado o recorrido como o autor do disparo.

Com efeito, restando caracterizado o concurso de pessoas (art. 29 do CP), é certo que cada um dos acusados incidirá nas penas, em proporção à intensidade da prática delituosa para a qual concorreu com relação a cada uma das vítimas.

As duas vítimas foram mortas nas mesmas circunstâncias e pelos mesmos autores, não existindo razão para a absolvição do recorrido pela morte da vítima Robson José dos Santos e condenação em relação à vítima Wedson Correia de Melo, na sua forma simples, tendo em vista que os depoimentos do co-réu Hermógenes (fls. 17/18) e da testemunha Maria Arlete de Andrade (fls. 12/13) relatam que referida vítima foi morta por "queima de arquivo" e por "pertencer a mesma gangue", estando caracterizada a torpeza, devendo o apelado responder por homicídio qualificado com relação às duas vítimas.

Desse modo, vê-se que a decisão do Conselho de Sentença está dissociada do conjunto probatório dos autos, ao entender que o recorrido praticou o crime de homicídio simples e apenas contra a vítima Wedson Correia de Melo, devendo o réu ser submetido a novo júri.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal

171

VOTO – APELAÇÃO DO ACUSADO ADEILDO DA MATA RIBEIRO
(fls. 247/251)

O apelante insurge-se contra a decisão do Conselho de Sentença, ao argumento de que inexistente prova robusta para apontar sua participação no crime, alegando que a condenação se deu com base em prova produzida exclusivamente em sede de inquérito policial, além de sustentar a exacerbação na aplicação da pena.

Como se vê pelas razões já expostas, as provas são idôneas em demonstrar que o acusado praticou o delito de homicídio qualificado, pelo motivo torpe, em co-autoria, contra as duas vítimas, não havendo razão para a absolvição do apelante.

No tocante ao pedido de diminuição da pena, fica o mesmo prejudicado tendo em vista a necessidade de submissão do réu a novo julgamento.

Desse modo, em conformidade com o parecer da Douta Procuradoria, nego provimento ao recurso da defesa e dou provimento ao apelo ministerial, submetendo o acusado Adeildo da Mata Ribeiro a novo julgamento pelo Tribunal do Júri.

Recife, 04 de fevereiro de 2010.


Des. Alderita Ramos de Oliveira – Relatora



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA
ESTADO DE PERNAMBUCO
GAB. DO DES. CLÁUDIO JEAN NOGUEIRA VIRGÍNIO**

DEPARTAMENTO DE
REGISTRO
311
172

PROCESSO Nº: 0192780-0
COMARCA: OLINDA
VARA: VARA PRIVATIVA DO TRIBUNAL DO JÚRI
APELANTES: ADEILDO DA MATA RIBEIRO
MINISTÉRIO PÚBLICO
APELADOS: MINISTÉRIO PÚBLICO
ADEILDO DA MATA RIBEIRO

VOTO REVISOR

Acompanho o relator, em todos os seus termos, por seus próprios fundamentos, **negando** provimento ao recurso da defesa e **dando** provimento ao apelo ministerial, a fim de que o acusado seja submetido a novo julgamento perante o Tribunal do Júri.

É como voto.

Recife, 04 / 09 / 2009.

Cláudio
Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio
Revisor